

# **Crise de confiança**

**Helena Machado**

Professora Catedrática do Departamento de Sociologia (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0001-8554-7619

## A dimensão sociológica da confiança

A confiança tem uma vertente emocional e cognitiva, mas também uma dimensão coletiva que permite sustentar em termos sistémicos a ordem social. Uma das funções principais da confiança é assegurar dispositivos de controlo de incerteza face à imprevisibilidade do futuro, sem criar disrupção social. Mais do que uma função psicológica e individual, em termos sociológicos torna-se crucial abordar a confiança como um fenómeno social que é moldado por trajetórias históricas, políticas e culturais que irão condicionar a forma como as sociedades lidam com futuros incertos.

Autores como Luhmann (1979), Barber (1983) e Lewis e Weigert (1985) propuseram abordagens que colocaram o tema da confiança no centro da compreensão das dinâmicas sociais, económicas e políticas das sociedades contemporâneas. Entre outras funções, a confiança representaria, para estes autores, um papel fundamental em todos os sistemas sociais por permitir que os membros de uma dada sociedade pudessem agir de acordo com futuros expectáveis, por sua vez tornados possíveis pela segurança veiculada pela previsibilidade da presença e ação dos outros ou pelas suas representações simbólicas (Lewis & Weigert, 1985, p. 968). Em suma, sem a segurança da previsibilidade dos fluxos das interações sociais e da contenção de riscos – ou seja, sem confiança – as sociedades entregar-se-iam ao que Luhmann descreveu como cenário de “caos e medo paralisante” que, em última instância, tornaria inviável a continuidade de um determinado sistema social (Luhmann, 1979, p. 4).

Ao contrário do que alguns pensadores que se debruçaram sobre o tema da confiança tendem a veicular, a confiança não é algo monolítico ou um simples dado adquirido. Exige antes uma contínua revalidação e legitimação. Ou seja, a confiança tem uma importante dimensão performativa. Neste pequeno texto, proponho-me refletir sobre a “crise de confiança” instalada na sociedade portuguesa, numa perspetiva de performatividade. Ou seja, coloco interrogações sobre a volatilidade da confiança em Portugal, à luz de acontecimentos recentes relacionados com a gestão da pandemia da COVID-19. A análise que realizarei inspira-se em estudos sociológicos sobre a “sociedade do risco” – termo cunhado por Ulrich Beck (1992) e Anthony Giddens (1999) – para abordarem as complexidades criadas pela ação da ciência e tecnologia em sociedades de modernidade tardia. A confiança e a desconfiança dos cidadãos parecem depender cada vez mais de dois fatores interrelacionados: por um lado, a legitimação do papel de comités de cientistas e peritos em processos de tomada de decisão e de políticas públicas; por outro, a forma como os governos promovem ou apelam à participação dos cidadãos no combate à crise sanitária.

O que é que a pandemia de COVID-19 nos diz sobre a perpetuação da sistémica debilidade de confiança pública na classe política e nas instituições do Estado em Portugal? O que é que nos transmite sobre as relações entre a ciência, os decisores de políticas públicas e os cidadãos? De que modo a forma como o governo comunica o risco e apela à participação dos cidadãos contribuem para a construção social da confiança, ou do seu reverso, a desconfiança? Em suma, como é que a multiplicidade de relações intersubjetivas e sistémicas que causam uma crise de confiança em contexto de pandemia podem significar, em última instância, uma crise simbólica da democracia representativa?

## Ciência e (des)confiança pública

A pandemia de COVID-19 veio relembrar, em contornos dramáticos, a importância da comunicação de ciência junto de públicos diversificados. Decisores políticos e cientistas, assim como profissionais de comunicação e os próprios cidadãos, terão tomado consciência da importância que tem uma comunicação credível para a eficácia da adoção de medidas e comportamentos que ajudem na contenção da propagação do vírus.

Na fase de confinamento, a comunicação dos decisores políticos em Portugal parece ter colhido ampla aceitação pública. Estima-se que os meios de comunicação social tenham ajudado substancialmente a transmitir para os cidadãos a aceitação das restrições de várias liberdades civis. Contudo, quando se passou para a fase de implementação de uma estratégia de regresso progressivo a uma normalidade condicionada, as práticas de comunicação da classe política foram perdendo legitimidade junto dos diferentes públicos. Os desafios inerentes a comunicar tensões problemáticas sem gerar desconfiança relativamente à proteção do bem público tornaram-se avassaladores. Como acautelar interesses económicos e a sustentabilidade produtiva e material e, simultaneamente, proteger a saúde pública? Como conciliar medidas de segurança com potenciais ameaças à privacidade? Como explicar aos cidadãos a aparente volatilidade de políticas públicas de saúde (por exemplo, em relação ao uso de máscara) e a alegada contradição de resultados de estudos científicos? Estes são alguns exemplos de questões urgentes e prementes que criaram dúvidas, conflitos e disrupções, não só em Portugal mais em muitos outros países.

Portugal é um país com limitada tradição histórica e cultural de envolvimento de cientistas nas decisões políticas e na comunicação pública de fenómenos relacionados com ciência (Pinto, 2016). A pandemia COVID-19 veio tornar claras as debilidades de estratégias de comunicação pública de assuntos de ciência e as sistémicas dificuldades da classe política em incorporar, nas suas decisões, as orientações e recomendações de peritos e especialistas.

Por iniciativa do governo português, desde a fase inicial da pandemia em Portugal que ocorreram reuniões regulares, sobre a evolução da COVID-19 em território nacional, que juntaram peritos, políticos e parceiros sociais. O modelo de funcionamento das reuniões – sobretudo expositivo e de pendor técnico – foi amplamente criticado por diferentes quadrantes políticos. Não só se questionava publicamente a utilidade destas reuniões em termos de efeitos práticos, como se apelava para a construção de uma estratégia de comunicação alternativa, aberta aos cidadãos e com orientação mais pragmática. Depois de dois meses de interrupção, as reuniões conjuntas de peritos, políticos e sindicatos, foram retomadas em setembro de 2020, com transmissão aberta das intervenções iniciais dos técnicos. Contudo, comunicar informação técnica de saúde pública, em contexto de elevada incerteza como é o caso da pandemia de COVID-19, não se resolve com uma simples transmissão televisiva aberta para todos os cidadãos. O que é realmente necessário é construir um repertório comunicacional que, de facto, envolva todos os intervenientes: uma comunicação engajadora e com significado impactante para audiências diversas.

Comentadores de diferentes partes do mundo, interessados no modo como líderes políticos de diferentes países têm lidado com a pandemia de COVID-19, têm vindo a destacar os “casos de sucesso” da Islândia e outros países Nórdicos ao Taiwan, à Alemanha e Nova Zelândia. Estes países são recorrentemente comparados com lideranças políticas que se revelaram aparentemente desastrosas, como caso do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Se há quem encontre na variável género – ou seja, um estilo “feminino” de liderança – a explicação para o “sucesso” na gestão da pandemia, uma análise mais detalhada permite mapear outros elementos: em primeiro lugar, a estreita associação entre decisores políticos e peritos. Esta articulação e simbiose entre cientistas e políticos configurou-se na criação de uma nova figura, indutora de confiança: o político que explica, em linguagem acessível a toda a população, conceitos científicos complexos relacionados com a pandemia. As explicações simples, em linguagem leiga, de Angela Merkel, Chanceler da Alemanha, sobre a curva epidémica e parâmetros de transmissibilidade fizeram furor, por todo o mundo, nas redes sociais. Comunicar com sentido impactante junto de diversas audiências significou, também, abandonar o estilo retórico que caracteriza o discurso político convencional. Estas líderes políticas orientaram a sua comunicação para uma semântica destinada a denotar preocupação, cuidado e empatia: desde conferências de imprensa especialmente dedicadas a crianças (Noruega e Dinamarca), a comunicações ao país em cenários informais ou no aconchego das suas casas de família.

Contudo, a estratégia de comunicação destas líderes políticas não se fez apenas por via de elementos emocionais e empáticos (porventura, os mais condizentes com estereótipos de “liderança feminina”). Outras ações foram decisivas para a gestão bem-sucedida da pandemia na sua fase inicial: desde o fechar muito cedo de fronteiras (Nova Zelândia), à distribuição massiva de máscaras (Taiwan) ou disponibilização de testes grátis à COVID-19 a toda a comunidade (Islândia). Ficou ainda emblemática a ação de Sanna Marin, primeira-ministra da Finlândia, que convocou influenciadores de redes sociais para desempenharem o papel de agentes de informação no combate à pandemia.

A construção de confiança, fez-se, assim, pela mobilização de informação científica e sua comunicação de um modo flexível, inovador e adaptado a diferentes audiências. O estilo tecnicista das reuniões de peritos, políticos e parceiros sociais em Portugal peca por falta de eficácia e impacto comunicacional. Aparentemente aberto a “todos” desde a decisão do governo em realizar transmissões televisivas das intervenções dos peritos, este tipo de comunicação de ciência veicula a ilusão da participação, permanecendo circunscrito às elites.

## Da responsabilidade individual aos problemas coletivos

Estudos históricos e sociológicos recordam-nos que as pandemias, epidemias e surtos constituem momentos particularmente evidentes de cristalização das redes complexas de relações sociais e de poder, convertendo-as em problemas sociais ora identificáveis ora subsumidos, como desigualdades e vulnerabilidades, violência, estigmatização e marginalização.

*Slogans* como “somos todos agentes de saúde pública” têm como referencial normativo e moral o cidadão “responsável” e altruísta. A este tipo-ideal de cidadão, construído pelo poder político, contrapõe-se o cidadão que não entra nesta categorização social (e moral): seja porque resiste ou porque não dispõe de recursos para o fazer. Ao cidadão que aceita ser um agente individual de promoção de saúde pública e segurança tende a corresponder um determinado estatuto social, que entra em profundo contraste com outros indivíduos e populações excluídos desta corresponsabilização (French & Monahan, 2020) – dos “idosos” e “grupos de risco” aos “imigrantes” e “refugiados”.

Em suma, os apelos à participação de todos os cidadãos no combate à pandemia COVID-19 por via do enfoque na responsabilidade individual neutralizam a responsabilidade do Estado no acesso coletivo e universal a cuidados de saúde e na função de velar pela segurança e bem-estar de todos.

## Conclusão

Depois de uma fase da história recente de profundo abalo da confiança pública no Governo, sentido em Portugal no período de 2012 a 2014 (Torcal, 2014), durante a maior recessão económica das quatro últimas décadas, ter-se-á sentido uma recuperação de níveis de confiança dos cidadãos que se viu agora novamente ameaçada perante a gestão errática da pandemia de COVID-19.

Para “vencer” o vírus, necessitaríamos de uma revolução cultural assente na solidariedade e preocupação com o coletivo. Esta revolução está ainda por fazer e parece, por ora, condenada ao fracasso: em vez de fortalecer laços sociais e confiança, a gestão política da pandemia isola e individualiza os cidadãos. Não gera nenhum sentimento coletivo forte.

A sociedade necessita de reforçar mecanismos democráticos de transparência e prestação de contas aos cidadãos que tornem claro que o cuidado é o bem comum a prevalecer, norteado pela redução do sofrimento, justiça e respeito mútuo. São estes os pilares que sustentam a confiança, a participação e a solidariedade da população. Por outras palavras, a confiança não é um dado adquirido: constrói-se, conquista-se e “performa-se”.

## Referências

- Barber, B. (1983). *The logics and the limits of trust*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage.
- French, M. & Monahan, T. (2020). Disease surveillance: how might Surveillance Studies address COVID-19? *Surveillance & Society*, 18(1), 1-11. <https://doi.org/10.24908/ss.v18i1.13985>
- Giddens, A. (1999). Risk and responsibility. *The Modern Law Review*, 62(1), 1-10. <https://doi.org/10.1111/1468-2230.00188>
- Lewis, D. J. & Weigert, A. (1985). Trust as a social reality. *Social Forces*, 63(4), 967-985. <http://dx.doi.org/10.1093/sf/63.4.967>

Luhmann, N. (1979). *Trust and power*. New Jersey: Wiley.

Pinto, H. (2016). Science, technology and innovation and public policy in Portugal: Trajectories towards 2020. *Public Policy Portuguese Journal*, 1(1), 94-106.

Torcal, M. (2014). The decline of political trust in Spain and Portugal: Economic performance and political responsiveness. *American Behavioral Scientists*, 58(12), 1542-1567. <https://doi.org/10.1177/0002764214534662>